



## Nota de Esclarecimento e Pedido de Retificação

Prezados,

Na nota de conjuntura nº 2 (jul/2017) do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) do Instituto de Economia da Unicamp, os autores afirmam o seguinte:

"O setor de serviços representa 73,3% do PIB e estagnou no primeiro trimestre depois de quedas sucessivas. Não há, contudo, como saber se o resultado de 0% para serviços é o início de sua recuperação, pois **o próprio sindicato do IBGE sugeriu que o ex-presidente do órgão, Paulo Rabello de Castro, teria acelerado a mudança metodológica da série antiga de serviços, provocando descontinuidade abrupta para fins de propaganda do governo Temer.** O problema é que a base de cálculo da antiga série de serviços é diferente e inferior à base da nova metodologia de pesquisa (p. 3 - **grifo nosso**).

A proposta do CECON de socializar análises de conjuntura econômica é alvissareira e tem sido de fundamental importância. Prova disso é a qualidade das duas primeiras edições em fomentar o debate sobre o futuro da economia e da política nacionais. Contudo, a fim de evitar quaisquer mal-entendidos, cumpre-nos afirmar que:

a) em decorrência do debate gerado por conta das alterações metodológicas da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e as alegadas suspeitas de manipulação, o ASSIBGE - SN se manifestou em defesa da lisura do trabalho do corpo técnico, posicionando-se contrariamente à hipótese de manipulação (ver nota em anexo);

b) dissemos que as suspeitas em torno das alterações metodológicas das duas pesquisas decorriam do fato de o ex-presidente do IBGE - Paulo Rabello de Castro - agir frequentemente em defesa das políticas e das contrarreformas do governo Temer, atacando o princípio de isenção política que baliza a imagem e a credibilidade do IBGE. Mas em momento nenhum afirmamos que as alterações metodológicas nas pesquisas ocorreram a mando de Paulo Rabello de Castro e com fins de propaganda do governo Temer. São duas situações completamente diferentes. Afirmar isso significaria implicitamente imputar ao corpo técnico cumplicidade em qualquer ato irregular, o que - frisamos - nós não fizemos;

c) em resposta à questionamentos do Dieese sobre estas alterações metodológicas, o IBGE afirmou que: "A atualização do ajuste sazonal [das pesquisas mensais] não terá efeito sobre o PIB ou sobre outros agregados das contas nacionais trimestrais. As contas nacionais são calculadas a partir de dados básicos. Somente após todo o processo de cruzamento de dados das contas nacionais, suas séries passam por ajuste sazonal - feito de forma independente do ajuste das pesquisas e atualizado a cada trimestre". Neste sentido, qualquer questionamento sobre a natureza e o impacto das alterações metodológicas da PMS e da PMC sobre o PIB deve ser feita diretamente à direção do IBGE.

O ASSIBGE reitera a confiança na lisura do trabalho dos técnicos e defende a autonomia técnica e a independência política da instituição em relação a qualquer governo. Os governantes e os dirigentes do IBGE passam, mas a credibilidade do instituto precisa ser preservada e fortalecida.

É levando em consideração estes princípios que consideramos importante esclarecermos o fato. Pedimos, por isso, retificação do documento e colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,